

## 1 - INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é gerar uma discussão polêmica referente a teoria e realidade na ciência econômica, polêmica que os economistas não podem evitar se desejam que a profissão acompanhe a um mundo em completa transformação.

O autor tem a intenção de provocar um franco intercâmbio de idéias de natureza filosófica (e não uma sofisticada discussão acadêmica de metodologia científica). Muitas vezes, o tom irônico e a pergunta sem resposta substituem a análise acadêmica refinada. Também o autor deseja evitar converter a apresentação sucinta e sistemática destas idéias em uma revisão de literatura; isto não significa que o trabalho tenha a pretensão de ser inteiramente original. Muitas das idéias aqui expostas encontram-se mais amplamente discutidas em outras fontes que, como estas breves páginas, são produto de uma conjuntura de questionamento profundo e generalizado dentro da profissão econômica.

## 2 - PROFISSÕES E MUNDOS

A especialização que tem acompanhado a crescente divisão do trabalho vem atingindo particularmente ao mundo profissional. Não é simplesmente um problema de diferenças de linguagem. Cada profissão tem "seu mun-

---

(1) O autor encontra-se beneficiado pela discussão com seus colegas e estudantes; especialmente agradece aos Profs. Y. Roratto e C. Crusius, D. Garlow e H. Simeonidis a revisão crítica de seu borrador. Certamente o autor assume a responsabilidade das opiniões aqui expostas.

(2) Ph.D., University of Minnesota. Professor visitante no Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pela Fundação Ford.

do", no qual a visão da realidade está muitas vezes limitada ao interesse e à formação profissional. Muito provavelmente o problema central do homem para um médico seja a saúde; para um filósofo seja o encontro de explicações de sua posição no meio da infinita grandiosidade do universo; para um economista, a "escassez"; e, finalmente, um psicólogo terminaria, em olímpica adesão a Freud, no sexo.

Estas atitudes tem dado lugar a comentários que contêm algo de seriedade e algo de brincadeira; como explicaria diferentes profissões o facto de que os pobres tem mais crianças que os ricos? O educador diria que é fundamentalmente um problema de educação; o nutricionista encontraria alguma relação com o tipo de alimentação; algum economista poderia começar especulando que os pobres tem mais crianças que os ricos porque o sexo é um "bem inferior"<sup>(3)</sup>

A enorme complexidade do mundo atual, onde o problema económico é crucial em qualquer sociedade humana, obriga ao economista a estabelecer heróicas suposições, sobre as quais repousam a maioria dos modelos económicos. A impossibilidade de tomar em conta todos os elementos complexos que compõem a realidade determina, muitas vezes, que as suposições estabelecidas provoquem uma significativa divergência entre teoria e realidade<sup>(4)</sup>.

<sup>(3)</sup> Um "bem inferior" é aquele cuja quantidade demandada diminui ao aumentar a renda. A proposição no texto implica que  $\frac{\delta S}{\delta R} < 0$ , onde: R = renda e S = variável "proxi" para denotar quantidade de crianças. Para facilitar a análise suponhamos que "S" é uma variável contínua (outras explicações mais razoáveis, se encontram em, H. Leibenstein, "An interpretation of the Economic Theory of Fertility", Journal of Economic Literature, vol. XII, nº 2, June 1974 e no número especial do Journal of Political Economy, vol. 82, nº 2, March/April 1974, "Marriage, Family Human Capital and Fertility").

<sup>(4)</sup> A adaptação do economista a um mundo de suposições faz-me lembrar a seguinte anedota. Um físico, um químico e um economista depois de atravessar o deserto chegam à beira do mar; eles só têm uma lata de sardinhas e estão quase mortos de fome. O químico rapidamente propõe por a lata dentro da água do mar, confiando que a água salgada tem as qualidades para atuar sobre a lata, que finalmente cederia; o físico é da opinião de que seria melhor deixar a lata exposta aos raios solares incendiários do deserto, já que estes a dilatariam prontamente; o economista (que não estava escutando seus companheiros de aventura) passeia nervosamente, logo se senta, acende seu cachimbo, olha o nada, e finalmente, explodindo em uma baforada de fumo, olhando com desprezo a seus companheiros exclama: "suponhamos um abridor de latas".

## 3. - UM POUCO DE TEORIA

Para cumprir com seus objetivos de explicar e prever certos fenômenos, o cientista utiliza análises teóricas e pesquisas empíricas<sup>(5)</sup>. Na medida que as conclusões de uma teoria são obtidas do conjunto de postulados iniciais através do raciocínio abstrato dedutivo, a teoria permitirá descrever ou prever o resultado de um processo concreto sempre que as suposições iniciais são satisfeitas e sempre que os postulados de comportamento são justificados. Por seu lado, as pesquisas empíricas facilitam a comparação dos supostos e conclusões das teorias com os fatos observados, e também podem fornecer as bases para novas teorias.

A palavra "teoria" tem sido empregada em diferentes contextos. Uma teoria é definida usualmente como uma simplificação da realidade sem corresponder necessariamente a situações particulares. Do ponto de vista estritamente científico, corresponderia requerer de uma "teoria", como mínimo, certa formulação sistemática, que seja metodologicamente consistente (6). (Ainda mais estritamente, existe quem só se eleva à categoria de "teoria" a hipótese - ou conjunto de hipóteses - fortemente confirmada).

Porém, uma teoria que esteja metodologicamente bem formulada, não tem necessariamente validade universal e eterna. Particularmente em ciências sociais, os resultados da correta aplicação do raciocínio lógico e da verificação empírica numa determinada época (ou estrutura) podem ser bem diferentes que os obtidos em outra época (ou estrutura), na qual as

---

<sup>(5)</sup> O raciocínio abstrato dedutivo é a base da teoria. A natureza dos estudos puramente empíricos é indutiva. Mas as teorias e os estudos empíricos são complementares. A teoria fornece guias para o estudo empírico, enquanto que o estudo empírico provê testes dos postulados e conclusões.

<sup>(6)</sup> Basicamente, uma teoria contém três conjuntos de elementos: 1) Dados que assumem o papel de parâmetros, os que são exógenos do marco analítico; 2) variáveis, cujas magnitudes são determinadas dentro da teoria; e 3) suposições e postulados de comportamento que definam um conjunto de operações mediante as quais os valores das variáveis são determinadas. Operacionalmente, as teorias poderiam ser reduzidas a modelos contendo um conjunto de relações funcionais, onde as variações em certas variáveis estão associadas a variações em outras variáveis. (Os conceitos resumidos nesta nota e na anterior encontram-se suscintamente ampliados na introdução de Henderson e Quant, "Micro-Economic Theory", Mc Graw-Hill, New York, 1968).

suposições iniciais não são satisfeitas<sup>(7)</sup>.

Por outro lado, pode existir um marco conceitual em processo de formulação e verificação, baseado em um conjunto de proposições gerais carentes de sistematicidade. "Quase-teoria" poderia constituir um termo feliz para este marco conceitual, que tem chances de ser "teoria" ou, alternativamente, de encher de eterna frustração a seus postuladores, devido à falta de operacionalidade de suas proposições básicas.

Poderíamos falar também, de "pseudo-teorias" (ou mais propriamente, de teorias pseudo-científicas). Elas levam implícito um dogma, o que implica um atitude acientífica. Uma "teoria", para ser genuinamente considerada "teoria científica", deve ser discutível e refutável. Uma postulação feita com fé religiosa e formulada em termos absolutos e universais não o permite, assim, do ponto de vista científico seria uma "pseudo-teoria". Para aqueles que são ainda mais exigentes com o termo "teoria" científica, poderíamos também identificar como "pseudo-teorias" as especulações conceitualmente errôneas ou carentes de todo fundamento científico, mas com ganas (por parte de seus postuladores) de ser "teoria". Certamente, esta seria uma definição muito mais restrita que não é.

#### 4 - CIÊNCIA ECONÔMICA

Toda ciência dispõe de um conjunto de teorias que respondem a seu objetivo central. Resulta ambíguo dizer que os objetivos da economia como ciência são a explicação e previsão de fenômenos econômicos<sup>(8)</sup>. O que é um fenômeno econômico? A controvérsia em economia já começa aqui. Tradicionalmente temos aprendido que tudo pode-se reduzir a uma palavra central: a escassez é a razão da existência de um "preço" (todavia não é o momento de considerar fatores institucionais). De outra maneira, se todos os bens fossem

(7) Por sugestão de D. Garlow incluo os seguintes exemplos, aplicáveis à teoria da produção: 1) a omissão de poluição na função de produção neoclássica; 2) a especificação da curva de custo marginal a longo prazo em forma de "U" para a empresa do século XX; 3) a definição de funções de produção com tecnologia mantida constante, quando no mundo moderno é frequente encontrar processos em que a tecnologia é uma função do nível de produto, e.g. computadores.

(8) Claro que quando falamos de Economia Política devemos considerar também a "modificação", ou seja, a ação para solucionar problemas (ou criá-los).

tão abundantes que a quantidade ofertada superasse sempre a quantidade de mandada, a um preço "zero", todos os bens seriam gratuitos<sup>(9)</sup>. Assim, para muitos economistas todo fato onde intervenha o homem está sujeito a ser visto como fenômeno econômico (mesmo a vida, a morte, a decisão de ter um filho, a prática da limpeza dental)<sup>(10)</sup>. Esses economistas seriam capazes de dar um valor monetário a qualquer fenômeno ou meio destinado à satisfação de necessidades humanas, até ao gozo espiritual de estar junto à natureza, porque em seu afã para atribuir valores monetários a tudo, eles chegam a perguntar: "Quanto pagaria você para ver a paisagem?"<sup>(11)</sup>.

Dentro deste contexto, a economia é vista como a ciência que estuda a alocação dos recursos escassos para cobrir as necessidades humanas. Daqui surge a definição que, de uma ou outra forma, a maioria de nós aprendemos: Economia é a ciência que estuda os atos humanos dirigidos a adequar os recursos limitados e de uso alternativo aos fins múltiplos e de distinta hierarquia do indivíduo e da sociedade. De acordo a esta definição o problema central da economia é a escassez de bens e serviços; pelo menos em relação à magnitude das necessidades humanas.

Assim o economista sabe que produzir mais de um bem pode ter um custo de oportunidade: produzir menos de outros. Quando ele fala de escassez, de fins alternativos, de preços de produtos, insumos e serviços, ele pretende alcançar uma alocação "racional" dos recursos. Em um mundo caracterizado por "plena ocupação" (onde estará esse mundo?) o economista sabe que

(9) Cabe perguntar se poderia chegar o dia em que as necessidades humanas (primárias ou "de subsistência" e "as outras", ou seja, necessidade de alimentação, vestimenta, vivenda, saúde, educação, etc., etc.....etc.) deixassem de ser ilimitadas e a abundância de todos os bens fosse tal que alcançaria para todos os homens a um nível de saciedade. Por sorte num mundo tal os ex-economistas não morreriam de fome, já que todos os bens seriam gratuitos (por definição).

(10) O leitor pode recorrer, entre outras fontes, aos escritos de Milton Friedman da Universidade de Chicago, particularmente a sua distinção das crianças como bens de consumo ou bens de capital. Friedman sugere que as crianças são em realidade um produto conjunto (parte de consumo e parte de capital); em M. Friedman, Price Theory, Aldine Publishing Co., ed. 1967, páginas 208 a 211. Também no Journal of Political Economy, da Universidade de Chicago, vol. 82, p. 887 (1974), o leitor encontrará o artigo de Alan S. Blinder, "The Economics of Brushing Teeth".

(11) A pergunta é algo mais que brincadeira. Por exemplo, é uma pergunta implícita na avaliação de projetos de parques de recreação ou no estudo dos benefícios secundários de uma nova represa.

o aumento da produção do bem "X" pode implicar, entre outras coisas, subtrair fatores de produção de outros fins para a produção do bem "X" e geralmente, a feter o preço do bem "X" que agora é mais abundante, como também o preço de outros bens (por exemplo, insumos usados na produção de "X" e produtos que necessitam dos mesmos insumos).

Porém, no estudo das relações entre homens no que se refere a atividades destinadas à obtenção e produção de riqueza, uzo da riqueza e como estas atividades afetam o bem estar da comunidade, a palavra "escassez" constitui um ingrediente importante, mas não chega a refletir inteiramente essas relações. Os processos de produção, distribuição e consumo estão em estreita relação a uma certa estrutura social; relação que bem poderia ir variando com a troca de um sistema de organização sócio-econômica por outro.

Para falar sobre teoria e realidade em economia, não creio que seja conveniente continuar com especulações sobre qual é a definição certa. As especulações teóricas do economista (recurso escasso) podem levá-lo a um mundo abstrato, onde suas preocupações residam mais em jogos de laboratório que em procurar soluções para problemas econômicos concretos. Assim, por exemplo, algum economista poderá escrever um bom "paper" especulando que se o preço do pão aumentasse e o preço do presunto baixasse significativamente, chegaria um ponto onde a gente prepararia os sanduiches com uma diminuta rodela de pão ao meio de duas fatias de abundante presunto (12)

## 5 - NEUTRALIDADE "OBJETIVA", SUBJETIVIDADE E IDEOLOGIA

Assim como os modelos teóricos são generalizações, e tem o perigo de não responder a determinadas situações, o parágrafo precedente merece algumas qualificações. Talvez haja algo de verdade na crítica a alguns economistas que dedicam suas vidas a encher livros e revistas com hieróglifos matemáticos para passar o tempo de modo agradável ou a fim de ganhar reputação profissional, mas também é certo que existem muitos economistas honestos tentando de explicar a realidade tão complexa de nosso mundo, contribuindo para

---

(12) Devemos examinar até que ponto o pão e o presunto são bens complementares e até que ponto são substitutivos. Não creio que nenhum economista sério está interessado em verificar se a troca de posições do pão e do presunto no sanduiche afetarão as respectivas elasticidades-preço da demanda cruzada.

o esclarecimento dos múltiplos problemas que o importunam e procurando fórmulas para sua solução. Para os últimos, as matemáticas não são um fim da economia, mas um meio simplificado para traduzir as teorias em modelos manipuláveis. Estes modelos permitirão em alguns casos uma aproximação à realidade econômica e portanto a possibilidade de fazer previsões úteis. Apesar da existência de uma maioria de economistas bem intencionados em seus esforços por aproximar-se à realidade, parte da profissão ainda mostra resistência, conscientemente ou inconscientemente, para reconhecer que uma alta dose de subjetivismo entra em suas análises. Alguns mostram um pânico terrível por ver-se envolvidos pela confusa realidade que estão analisando, sem dar-se conta (ou tratando de não dar-se conta) que eles formam parte de tal realidade <sup>(13)</sup>.

As perguntas econômicas centrais de qualquer sociedade são que produzir, como produzir, e para quem produzir. A teoria econômica tende a responder estas perguntas, mas na análise das mesmas, impregnadas de conflitos econômico-sociais, é difícil distinguir o que é objetivo e o que é subjetivo. Assim o economista é visto, muitas vezes, não só como técnico mas também como ideólogo. Isto é particularmente aplicável, quando se coloca a Economia dentro de uma perspectiva histórica.

Podem existir diferentes formas de interpretar os fenômenos econômicos e podem resultar diferentes as soluções propostas. Sem dúvida o fator ideológico e/ou a subjetividade do economista como homem influenciam a forma de enfrentar um problema. No estudo dos fenômenos econômicos (que são fenômenos sociais) a objetividade alcança um limite. A proposição de que o economista profissional atua como um técnico objetivo num vazio carente de juízos de valor (diferentemente político), que leva a argumentar que a economia é insípida, incolor e inodora como a água, é inaceitável. É difícil mesmo impossível ao economista desprender-se de sua condição de homem, de suas próprias experiências, convicções, traumas ou interesses, ao analisar os fenômenos econômico-sociais. Pelo menos fatores subjetivos e ideológicos se manifestam no estabelecimento das suposições sobre as quais se constroem modelos simplificadores da realidade econômica, na eleição de técnicas de aná-

---

(13) Para alguns economistas que ainda se aferram "objetivamente" a um modelo clássico, culpando exclusivamente a Keynes e seus discípulos intervencionistas na economia capitalista dos males atuais desta, parece que as séries estatísticas disponíveis para a economia estado-unidense para 1929 e a década seguinte não são "objetivamente" revelantes (certamente que isto não é argumento para defender a teoria neo-Keynesiana dos grandes agregados).

lise e na escolha dos dados para estudar motivações sociais e privadas com implicações econômicas <sup>(14)</sup>.

Em todas as formas, existe um instrumental técnico-econômico que pode ser de utilidade dentro de distintos contextos ideológicos. O conhecimento desse instrumental, a caixa de ferramentas do economista, é o que define a ele como economista profissional. Seria injusto negar que a profissão de economista tenha um certo grau de objetividade. Uma grande maioria dos economistas concordaram que a Economia política não é uma ciência exata e que os modelos econométricos não atuam tão rigorosamente como os modelos das ciências exatas. O economista reconhece que é certo que suas previsões não cumprem inexoravelmente ou no tempo previsto, porque seu modelo pode ser feito a pedaços por decisões dos homens ou outros fatores aleatórios: assim como a falta de óleo pode arruinar a omelete, a falta de chuva pode arruinar a colheita.

#### 6 - ECONOMIA POSITIVA, ECONOMIA NORMATIVA E SISTEMAS ECONÔMICOS

A maioria dos economistas estão acostumados a falas de economia positiva e de economia normativa. A primeira se refere à descrição e a análise dos fenômenos econômicos, enquanto que a segunda se refere à implementação de normas para corrigir deficiências ou para melhorar o funcionamento do sistema econômico ou mesmo trocar de sistema.

Com a economia positiva estamos falando da situação tal qual é; com a economia normativa entramos no campo da política econômica. Os objetivos da política econômica podem ser múltiplos. Em realidade, os objetivos de um sistema econômico estão sujeitos a controvérsia, e muitas vezes os objetivos declarados resultam incompatíveis entre si. Em certa forma, eles dependeram de circunstâncias e do tipo de sistema econômico. Provavel-

---

(14) Sem dúvida, neste ponto pode surgir uma atraente discussão sobre metodologia científica. Porém, eu considero que o argumento pode ser seguido sem necessidade de definir (ou redefinir) aqui termos tais como "objetividade", "subjetividade", "método científico" e "técnicas de análise". Eu tenho que reconhecer que pode existir algum economista "objetivo" que exigirá a apresentação de evidência empírica que suporte as afirmações feitas no texto. Pode ser que como conhecedor do método científico, ele tem razão. Para sua satisfação proponho a construção de um sofisticado modelo econométrico (medidor de economistas) e a seleção de uma amostra representativa, onde certamente estejam incluídos M. Friedman, P. Samuelson, O. Lange, F. A. Hayek, V. Nemtchinov, J. Tinbergen, J.M. Keynes, A. C. Pigou, C. Furtado e M.H. Simensen, entre outros.

mente, o objetivo central declarado da maioria dos sistemas econômicos é procurar um nível de vida o mais elevado possível para todos os seus integrantes com a dotação de recursos que a sociedade dispõe, providenciando que tal nível experimente um crescimento através do tempo. Mas aqui surgiram mil e uma vozes reclamando por outros objetivos.

Tanto a "economia positiva" como a "economia normativa" são desenvolvidas por economistas dentro de marcos conceituais e sistemas econômicos diferentes. O contexto ideológico entra tanto na descrição e análise dos fenômenos econômicos como nas estratégias propostas a fim de modificar situações dadas. Tanto é assim, que alguns não acham muito válida a dicotomia entre economia positiva e economia normativa; por exemplo, é usual ouvir o argumento de que ao fazer descrição e análise, o pesquisador já está incorporando elementos normativos pertencentes a sua ideologia.

Por outro lado, como cientistas sociais devemos reconhecer que o funcionamento real de um sistema econômico não encontra necessariamente correspondência no marco conceitual sobre o qual está teoricamente baseado. Assim, algumas "economias de mercado" podem assumir na realidade formas tais como economias mixtas, com uma ativa participação governamental, ou até podem ser dominadas por um número limitado de grandes corporações (onde a "soberania do consumidor" tem bem pouco de real). Também podem existir "economias socialistas" que na realidade não são outra coisa que um capitalismo de estado (onde o "poder do proletariado" tem bem pouco de real). Desta forma, para discutir sobre similitudes e diferenças entre sociedades ("capitalistas" ou "socialistas") deveríamos concentrarmos na performance das mesmas em vez que em seus rótulos.

Em nossa realidade contemporânea uma grande variedade de sistemas de organização sócio-econômica coexistem, desenvolvidos sob um complexo conjunto de circunstâncias. Pode-se dizer que nenhum país sobre a terra reúne todas as características de um sistema de "livre empresa" ou "economia de mercado" ou, alternativamente, de uma "economia centralmente planejada", em suas versões puras. Porém, a maioria dos países estão principalmente baseados em um dos dois sistemas econômicos que dominam atualmente o mundo. Os elementos diferenciais fundamentais são dados pela propriedade dos bens (ou meios) de produção e por quem as decisões de produção e consumo são tomadas.

## 7 - ECONOMIA DE MERCADO

Um sistema de livre empresa ou economia de mercado (economia

"capitalista") se caracteriza fundamentalmente pela propriedade privativa dos bens de produção e por decisões tomadas por produtores e consumidores "individuais". Dentro das vantagens sociais (e morais) que usualmente se levantam, figura a liberdade individual como filosofia de vida (em termos econômicos implica liberdade tanto para consumir como para produzir). As vantagens econômicas são expostas pela economia clássica e neoclássica, cujo argumento fundamental é que o funcionamento de uma economia de mercado conduziria a uma ótima alocação dos recursos disponíveis. Com um mínimo de regulamentação estatal, o uso dos recursos seria tal que a rentabilidade social e privada coincidiriam, sendo a maior possível.

De acordo com este modelo econômico, o livre funcionamento do mercado determina um sistema eficientemente produtivo, onde a eficiência reflète a maximização dos benefícios líquidos sociais e privados. Problemas de otimização são usualmente apresentados da seguinte forma: Maximizar o nível de satisfação do consumidor com um orçamento dado; minimizar o custo para obter um nível de produção determinado; etc.

Um modelo de equilíbrio geral não-clássico demonstra que, pelo sistema de mercado, é alcançada uma alocação de recursos ótima entre os distintos setores de economia, na qual a distribuição é feita de acordo com a eficiência dos fatores (por exemplo, valor da produtividade marginal de um fator = remuneração ou preço do fator). Isto é possível porque se assume completa mobilidade de recursos, pela qual se lograria uma igualação na remuneração dos fatores homogêneos, tanto a nível setorial como a nível espacial. As diferenças entre a produtividade e as diferenças em preços dos fatores correspondentes se eliminariam mediante transferências desses fatores de atividades ou regiões onde a produtividade é menor aquelas onde a produtividade é maior.

Várias limitações deste modelo são aparentes na prática. Elas tem gerado um intenso questionamento as suposições fundamentais sobre as quais o modelo teórico é construído. As críticas não estão particularmente dirigidas ao marco analítico por sua consistência lógica interna; o qual como simplificação, apresentando um "mundo maravilhoso", merece um fervoroso aplauso. O problema fundamental reside em tratar de fazer inferências para o mundo em que vivemos, esquecendo as suposições das quais se tem partido. Certamente que algumas das deficiências do sistema real poderiam ser neutralizadas mediante certo grau de intervenção pública; antes de nos referirmos a ela, as principais linhas de questionamento são sintetizadas como segue:

1) A crítica mais tradicional e mais discutida pelos economistas

(mas todavia viva) é que as suposições de homogeneidade, atomização, transparência, livre entrada e saída (entre outras) não se verificam na realidade. É usual ouvir dos próprios economistas que a "concorrência perfeita" está só nos livros. Praticamente todos os mercados têm algum grau de imperfeição; muitos deles estão dominados por elementos monopolistas. Pode ser demonstrado que a concorrência, sob condições imperfeitas, nem sempre é benéfica em termos sociais.

2) A livre concorrência pode dar lugar a uma multiplicidade ineficiente de esforços quando a produção depende de pequenos produtores independentes que carecem de informação e conhecimento suficiente do que é realmente necessário. Certo tipo de concorrência pode gerar também verdadeiras guerras econômicas entre diferentes agentes de sistema. Assim mesmo, a informação objetiva sobre as qualidades dos produtos é muitas vezes trocada por propaganda deformante que tende a criação de necessidades artificiais e superfluas.

3) A ausência de mobilidade é uma restrição à igualação espacial e setorial de remunerações. Por exemplo, a mobilidade de recursos humanos encontra-se longe de ser perfeita. Diversos fatores <sup>(15)</sup> podem conduzir a imobilidades permanentes (e reforçar as friccionais) e, então, diferentes preços pagos a fatores homogêneos de produção poderão prevalecer por longos períodos de tempo. Isto contribui, junto a outros fatores, a perpetuar estruturas definidas como "duais" e de "centro-periferia".

4) Pouca atenção se tem dispensado as divergências entre custos e benefícios sociais e privados que surgem da existência de externalidades <sup>(16)</sup>

<sup>(15)</sup> Por exemplo, existência de grupos não concorrentes, informação imperfeita, barreiras institucionais, carência de adestramento necessário, atração por ambientes familiares e cultura.

<sup>(16)</sup> Entendemos por externalidade a interdependência direta entre as funções de produção ou utilidade de diferentes indivíduos em forma não deliberada. Uma externalidade se verifica quando a atividade de uma unidade econômica afeta adversamente ou favoravelmente (de modo não deliberado) os benefícios ou utilidade de outra unidade. Suponhamos dois meninos que brincam de ser homens: um deles tem um caramelo o qual saboreará com prazer e distraidamente; o segundo menino sofre ao ver o prazer de seu companheiro porque ele não tem um caramelo. Devido a que o primeiro menino não considera este fato em sua função de utilidade, e devido a que o segundo sente um desconforto em sua barriga pela ação não deliberada da primeira criança, se genera uma externalidade. A utilidade privada do primeiro menino não coincide com a utilidade social (quando um menino come um caramelo e o outro não, deveria tomar-se em conta a insatisfação que sente o segundo).

Particularmente em anos recentes se verificam com maior amplitude as práticas predatórias e poluidoras. É necessário evidência empírica de que existe uma alarmante deterioração do meio ambiente por falta de um adequado poder regulador ou coordenador?

5) Particularmente em economias caracterizadas por contínua inflação, enormes esforços e recursos são dedicados a especulação e a tipos de investimentos socialmente improdutivos. Assim mesmo o sistema sofre crises periódicas e desemprego enquanto faltam bens básicos para grandes setores da população.

6) Em sociedades dinâmicas, que sofre constantes câmbios estruturais, o "ótimo econômico" bem pode-se deslocar com maior rapidez que a operação da "mão invisível" da economia de mercado. Mesmo quando esta mão invisível existisse, se ela opera deficientemente não poderá provocar rápidos e adequados ajustes para contínuos deslocamentos nos ótimos econômicos teóricos. Assim, o ótimo pode ficar só na teoria.

Os modelos econômicos clássicos e neo-clássicos são construídos usualmente sobre a suposição de que todos os agentes econômicos atuam racionalmente. O racionalismo econômico implica, por exemplo, na maximização de utilidade (alcance do mais alto nível de satisfação por parte do consumidor) com um orçamento dado; ou maximização dos lucros líquidos por parte do produtor individual. Brevemente, atuar racionalmente significa "otimizar". Porém nem todos os consumidores e produtores podem ou desejam, praticar o jogo da "otimização". Algumas vezes porque não dispõem de suficiente informação, outras porque eles não atuam de acordo com os critérios de "comportamento racional" postulados pelo modelo (17). Por outro lado, num mundo orientado pela persuasão propagandista caberia perguntar quão soberano é realmente o consumidor, quando muitas vezes é convencido a demandar "bens" inúteis e mesmo nocivos.

Agora chegamos a um ponto onde o economista "objetivo" faz dolorosas contorsões para desprender-se de seus juízos de valor: a distribuição. A discussão referente as desigualdades na distribuição de riquezas e rendas está associada à clara diferenciação no poder de decisão e de oportunidades. Por exemplo: o poder no mercado para a determinação do que se vai produzir e con-

---

(17) Assim, por exemplo, outros objetivos de um produtor podem ser a maximização das vendas; aumentar o tamanho de sua empresa; ganhar um mínimo para viver; ou simplesmente ele escolhe uma atividade porque gosta da atividade ou por tradição familiar que determinam que não transfira a atividades mais rentáveis.

sumir na sociedade é extremamente desigual. Uma proposição simplista diz que o poder no mercado se manifesta através de "votos", equivalentes a cruzeiros (ou outra unidade monetária) que diferentes consumidores estão dispostos a pagar para adquirir o bem dado. Todos os votantes não contam com o mesmo número de votos iniciais, e isto pode ser independente da eficiência do votante.

#### 8. - OS "PROBLEMAS" DE ALGUMAS "SOLUÇÕES"

É verdade que muitos poderiam estar melhor dentro de um determinado sistema (por exemplo, alcançar um mais alto nível de remuneração) com uma razoável maior dose de esforço individual. Nos não podemos defender ao "vagabundo" que pretende receber da sociedade sem contribuir; todos devem contribuir com algo ao produto social para permitir sua existência. Mas é necessário reconhecer que muitos fazem o que fazem não porque não querem fazer outra coisa, mas porque não podem. Assim são muitos os que vem transcorrer suas vidas em um "sobe e desce" de inseguranças e incertezas, sem ter a mínima possibilidade de participação nas decisões no processo produtivo. Para eles a liberdade se reduz a tratar, em forma imensamente desgastante e quase "sem sentido", de manter-se vivos dia a dia (18). E isto não é só um problema de capacidade e motivação individual.

Muitos economistas insistem no papel da educação para melhorar o "capital humano", dos indivíduos, e portanto suas oportunidades e rendas. O problema da educação e "capital humano" é complexo para discutí-lo em detalhe aqui; haverá quem lembre de indivíduos com muito "capital humano" e pouca renda; haverá quem especule com afirmações alternativas, tais como "eles são pobres porque não querem estudar (leia-se, aumentar seu capital humano) ou eles não querem (não podem) estudar porque são pobres".

A desigualdade de oportunidades é um problema que tem no mínimo duas facetas: uma de caráter material (por exemplo, diferentes "initial endowments" ou heranças materiais); e outra de caráter formativo (por exemplo, visão da vida e normas de conduta adquiridas desde a infância). O acesso a educação está, geralmente, restringido por seu alto custo monetário e também sacrifício de rendas (mais que atrativas muitas vezes indispensáveis) durante o período de estudo. Mais ainda, os problemas de formação do comportamento humano e os efeitos da má nutrição durante a infância podem ser mais importantes; eles deixam aos não privilegiados com magras possibilidades de superar uma

(18) Com toda a ironia macabra, ainda surgirá alguma voz a exclamar:  
- Pelo menos, para eles, morrer de fome não é proibido.

vida desafortunada.

Algumas deficiências do sistema real poderiam ser neutralizadas mediante intervenção pública. Porém, em muitas instâncias, políticas públicas isoladas (tais como controles regulativos, programas educacionais e de apoio à mudança tecnológica) tem demonstrado pouco êxito. A intervenção simultânea em várias frentes, poderão oferecer soluções aos problemas cruciais do sistema. Mas quando se fala de "ataques frontais", dentro de um sistema, entram em jogo muitas perguntas: onde está o limite da intervenção? Intervenção a todos os níveis, começando com o nível "crianças"? É factível intervir? Até que ponto as diferenças de valores entre indivíduos e sociedades devem ser respeitadas? Tem um grupo dentro de uma sociedade (ou uma sociedade inteira) o direito de considerar-se melhor que outros grupos (ou sociedades), e portanto forçar a modificação dos valores dos últimos? E a liberdade? Estas perguntas levam-nos à proposição de que, talvez, ataques frontais, não são compatíveis com os mais caros postulados do sistema teórico. Está em mãos do economista modificar as suposições, do modelo para ajustá-lo à realidade, ou limitar suas análises ao modelo que tanto esforço custou construir!..

## 9 - ECONOMIA CENTRALMENTE PLANIFICADA

Uma economia centralmente planificada (identificada geralmente com a "economia socialista") se caracteriza fundamentalmente pela propriedade "social" dos bens de produção e por decisões tomadas pelo órgão planificador. O marco teórico (<sup>19</sup>) deste sistema surge como uma crítica à economia capitalista. Sua justificação busca raízes históricas que culminam com os efeitos da revolução industrial; a produção em massa foi acompanhada pela formação de uma sociedade de massas, onde as contradições implícitas no sistema capitalista explodem. Então, a propriedade social é vista como a forma de evitar as relações definidas "de exploração" entre os homens. Os problemas econômicos centrais neste sistema continuam sendo que é como produzir, e como distribuir essa produção.

Algumas vantagens econômicas levantadas usualmente em favor do sistema planificado, poderiam significar soluções para as imperfeições da economia capitalista. Alega-se que a coordenação pública de uma produção organizada, a eliminação de esforços supérfluos a racionalização do consumo, a través da planificação central, permitem um maior rendimento social dos re-

cursos disponíveis, com pleno emprego. Também, a planificação tem os objetivos de reduzir a incerteza; reduzir as divergências entre custos e benefícios sociais e privados (controlando particularmente aquelas atividades criadoras de deseconomias externas); assegurar maior informação a todos os membros do sistema; distribuir melhor a riqueza, favorecendo uma igualação de poder e de oportunidades (eliminando as "relações de exploração" entre homens).

Porém os problemas de um sistema planificado também podem ser numerosos. Da mesma forma em que foi feito para a economia de mercado, podemos sintetizar algumas das críticas como segue:

a) o sistema planificado requer a criação de uma complexa e custosa burocracia, que bem pode chegar a ser ineficiente. Como resultado disso, contínuos desajustes na economia podem resultar em uma alocação de recursos não desejável;

b) uma economia de mercado, mal ou bem, tem o sistema de preços como indicador do que produzir, já que os preços resultam dos ajustes de oferta e demanda. Um comitê central planificador (à la Lange), que por tentativa e erro chegue a imitar ao sistema de preços, pode requerer para sua operação expeditiva tal quantidade e qualidade de informação que, muito provavelmente, seja impossível de conseguir com os meios atualmente disponíveis. Este mecanismo, substitutivo do funcionamento de uma economia de mercado, requer informação sobre necessidades de milhões de produtos e insumos em milhares de lugares distintos, onde o fator tempo também é significativamente importante;

c) o mecanismo artificial de preços, pode conduzir à formação de mercados negros. Isto ocorreria para aqueles produtos cujos preços não permitissem racionar as disponibilidades existentes. Pode ocorrer também que a estipulação de metas quantitativas não seja acompanhada por incentivos para melhorar a quantidade dos bens;

d) a falta de dinamismo no órgão planificador, pode atuar como freio para câmbios favoráveis dentro do sistema. Por exemplo, alguns burocratas "conservadores" podem mostrar forte resistência ao desenvolvimento de computadores mais complexos que permitem facilitar o processo de planejamento; e

e) a carência de incentivos individuais para a inovação pode afetar tanto a criatividade dos indivíduos como ao sistema como um todo. Também, se o sistema está rigidamente planificado, muitos podem encontrar inaceitável a imposição de uma nova forma de vida, que chegue a requerer a com

pleta renúncia de todo rasgo de motivação individual.

Fundamentalmente, se o sistema planejado implica o estabelecimento concreto de quantidades e qualidades de bens a se produzir, ou seja, a definição de uma "dieta" nacional, quem deve atuar como "dietista"? Alguém pode exclamar que em um sistema socialista o "dietista" é o "povo". Mas o "povo" é uma figura abstrata que corresponde a definições das mais diversas. Se o "povo" está constituído pelo conjunto da sociedade humana (a sociedade humana nacional, em um mundo com fronteiras)<sup>(20)</sup>, o sistema estaria funcionando democraticamente. Isto requer a formação de conselhos econômico-sociais a distintos níveis, a implementação de frequentes indagações entre os membros da sociedade e o pronto processamento das pesquisas por equipes técnicas adequadas. As dificuldades operacionais de tal mecanismo podem determinar que, em última instância, o governo atua como "dietista" (o "governo" e "povo" não são necessariamente sinônimos). Surgirão vezes que reclamem enfaticamente que uma sociedade socialista, composta por "homens novos", a crítica anterior pode chegar a ser refutável. Porém o "homem novo" deve ser definido dentro de algum contexto, e a maioria concordará que em qualquer contexto no qual o homem se colocasse existiria lugar para a variedade de gostos (particularmente, uma vez superados os níveis de consumo de subsistência de todos os membros da sociedade). Também poderiam seguir sobrevivendo diferenças em valores e honestidade daqueles que têm a seu cargo a responsabilidade e o poder de levar adiante o sistema planejado.

Se o poder final de decidir o que produzir (e portanto, o que consumir) fica em mãos de uma pequena cúpula da estrutura burocrática, novamente nos enfrentamos com uma classe de maior poder com respeito a outros setores da sociedade. Ao fim de contas, se é verdade que a polêmica central na discussão sobre sistemas sócio-político-econômicos é um problema de poder, a transformação de um sistema em outro bem pode implicar a troca do poder de uma "classe oligárquica" pelo poder de uma "classe burocrática".

#### 10 - TEORIA E REALIDADE E UM POUCO DE FILOSOFIA

Temos examinado sucintamente que o divórcio entre teoria e realidade pode existir em qualquer sistema. Mas um enfoque crítico dos dois sistemas teóricos predominantes na atualidade, não deve levar-nos a uma posição negativa. Um modelo pode ser conceitualmente excelente, mas sua aplicação não é necessariamente boa. Não é questão de exclamar em desespero que o sistema liberal não serve e o sistema planejado também não serve. O que é

<sup>(20)</sup> Existirão economistas que serão da opinião que a definição depende de que o "ótimo paretiano" se mede a nível nacional ou internacional.

necessário reconhecer é que a realidade pode diferir significativamente das suposições sobre as quais tal modelo foi construído. Ironicamente, poderíamos pensar em um grupo de monopolistas que se reúnem solenemente para elogiar a livre concorrência, devido às vantagens sociais que se derivam de um modelo de concorrência perfeita; por outro lado, pode existir um grupo de burocratas gozando de enormes privilégios ainda que declarem que tudo é feito em nome do povo. Possivelmente, maiores esforços no estudo de problemas sócio-econômicos devem ser feitos para compreender os efeitos da dominação e aprender a neutralizar os efeitos negativos.

Dado o estágio atual da história humana, nenhum sistema sócio-econômico chegou a um grau de perfeição na realidade para poder ser considerado o sistema "final" ou "permanente" para todos os homens. Pelo menos no que vai de história humana, a ação de grupos de homens, dentro da dinâmica social, sempre levou implícito um conjunto de mitos, rótulos, tabus e/ou conflitos de interesses. A harmonia e o equilíbrio não existem num mundo visivelmente dinâmico, onde os ajustes são longe de ser instantâneos. A humanidade não tem alcançado um estado de "equilíbrio geral", porque a mesma dinâmica que a caracteriza implica desequilíbrio.

Ainda que o dinamismo é inato na natureza humana, caberá reflexionar sobre possíveis atitudes futuras. Deveríamos deixar de lado uma postura arrogante, clamando que temos em nossas mãos a "verdade universal"; deveríamos não estar tão preocupados com a busca "da teoria" como em encontrar soluções para dramáticos problemas sociais, sem criar outros novos. Deveríamos começar assumindo que a humanidade ainda está "em fraldas" em matéria de organização econômica e social e que os homens, em conjunto, devem aprender a alcançar maturidade.

O economista, como cientista social, tem que cumprir um papel muito importante no futuro da humanidade; a refinar, com sentido prático, seus métodos de análise; a definir em cada conjuntura o que é factível e o que não; a descobrir, com espírito crítico, novas explicações de comportamento econômico; a propor soluções para angustiantes problemas sociais. Em primeiro lugar, ele deve cumprir com seu papel de acordo com sua honesta percepção, sem agonizar sobre seus próprios valores humanos, experiências e convicções. Dada a complexidade dos problemas sócio-econômicos, o economista deve reconhecer que fatores ideológicos e subjetivos entram em suas análises. Se o economista sabe que as suposições de seus modelos simplificados, muitas vezes, não são realistas, ele deve sempre recordá-las ao fazer

uma interpretação dos fenômenos econômicos e sugerir medidas corretivas.

Por outro lado, as posturas dogmáticas e as diferenças de linguagem podem conduzir a uma nova Torre de Babel. Talvez existe uma necessidade urgente de rediscutir o que é "óbvio", que troca com as pessoas, as estruturas e as épocas. Uma postura dogmática e fatalista pode resultar mais prejudicial que benéfica em um mundo em completa transformação. O "slogan" pré-fabricado deve ser substituído por uma atitude aberta de trabalhar sobre os pontos que unem e reexaminar os pontos que separam, lembrando que a humanidade tem um destino universal. Enquanto múltiplas "verdades universais" sigam tratando de impor-se umas e outras com fé religiosa, nós continuaremos estando muito mais longe de um estado social utópico de agradável equilíbrio geral que de "1984".

Na entrada ao último quarto do Século XX, uma nova revolução moral pareceria estar superpondo-se a revolução industrial. Não é uma mera pugna entre sistemas; o que está em debate é a natureza do próprio homem (qualquer que seja seu rótulo). Talvez o principal problema para os homens em conjunto (incluídos os economistas) seja encontrar novas fórmulas morais para converter a "história da tragédia" na "história da felicidade" (é provável que nessas fórmulas, o produzir mais e mais eficientemente, ainda que de certa importância, chegue a ser secundário).